



CONGRESSO

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 4/8/2010, às 12h57
Pátria / Matr.: 28396

MPV-497

00032

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 04/08/2010	proposição Medida Provisória nº 497/2010			
autor Deputada Íris de Araújo PMDB/GO	nº do prontuário			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

SUPRIMAM-SE OS ART. 22 E PARÁGRAFOS E O ART. 31 DA PRESENTE MEDIDA PROVISÓRIA, RENUMERANDO-SE OS DEMAIS.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº. 497/2010, como o próprio preâmbulo dispõe, trata da “desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas, institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol – RECOM...”

O artigo 22 equipara as pessoas jurídicas comerciais atacadistas aos produtores, para fins da incidência concentrada da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. A ser mantido o texto do citado artigo, haverá substancial aumento da carga tributária sobre bens essenciais de consumo, ocasionando aumento de preços que podem ultrapassar a casa dos dois dígitos, refletindo fortemente no aumento da inflação.

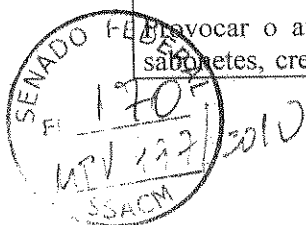
Ora, tal iniciativa vem contrariar a atual política econômica do Governo e seus constantes esforços em manter a estabilidade de preços, pelo impacto nos preços finais desses produtos, o que se afigura contrário ao interesse público. Este argumento, aliás, foi o utilizado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para vetar dispositivo idêntico existente na Medida Provisória nº. 219 convertida na Lei nº. 11.051/04, cujos principais trechos se destacam:

“Inicialmente, cabe informar que o citado dispositivo legal tem o objetivo de evitar a prática de elisão fiscal ao longo da cadeia de fabricação e distribuição de produtos sujeitos à incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS apenas no produtor ou importador, ou seja, produtos que tiveram as alíquotas das contribuições reduzidas a zero nas fases de comercialização (atacado e varejo) (...)

Porém, devido à grande variedade de produtos envolvidos e das características próprias da cadeia de produção de cada um, detectou-se, na redação adotada para o dispositivo, um potencial impacto nos preços desses produtos.

Logo, o art. 11 do projeto de lei de conversão afigura-se contrário ao interesse público por ir de encontro à necessária estabilidade de preços que norteia a política econômica atual.”

Defendemos o aumento de preços em produtos básicos e fundamentais para o consumo, tais como: sabonetes, cremes dentais, desodorantes, escovas de dente, remédios em geral, dentre outros, que só



Íris de Araújo
PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 04/08/2010	proposição Medida Provisória nº 497/2010
autor Deputada Íris de Araújo PMDB/GO	nº do prontuário

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

recentemente se tornaram acessíveis às classes menos favorecidas da população, é retirar delas esses benefícios, fundamentais para a preservação da saúde e bem-estar. Além disso, o aumento do preço desses produtos fatalmente alterará a arrecadação em razão da inevitável redução do volume de consumo.

O próprio Governo Federal tem defendido e propagado este contexto em diversos programas sociais, tais como "Brasil Sorridente" que busca dar acesso a itens básicos para a saúde bucal para as camadas carentes da população.

Ademais, para coibir a prática de subfaturamento por algumas empresas não é justo penalizar as empresas sérias e a população menos favorecida. Para enfrentar tais distorções, caso existentes, há ferramentas jurídicas já disponíveis para fiscalização e autuação dos eventuais infratores, o que dispensa a proposta de alteração legislativa e se evita o aumento desproporcional e generalizado da carga tributária dos setores da economia sob o regime monofásico de incidência do PIS/COFINS.

O agravamento da carga tributária sobre os setores essenciais e já fortemente tributados acabará por inibir investimentos, gerar desemprego e forçar a inflação, prejudicando o consumidor final desses produtos, principalmente a população mais carente.

O art. 22 e seus parágrafos violam o art. 170 da Constituição Federal, que trata da livre iniciativa e ordem econômica, ao penalizar setores que se organizaram de uma forma economicamente mais viável aos seus negócios, onerando-os de forma desproporcional em termos fiscais.

De fato, o artigo questionado está em descompasso com a política econômica e social do País e com a Constituição Federal. Prova disso, o atual Governo já se manifestou sobre o tema, vetando iniciativa idêntica, proposta através da Medida Provisória nº. 219, convertida na Lei 11.051/04, o que torna a presente emenda supressiva necessária para corrigir essa perversa distorção. Ficando o art. 31, por consequência, prejudicado, tornando-se desnecessária a sua manutenção no texto da Medida Provisória.



Íris de Araújo
PARLAMENTAR